

---

FORTE, B.: *A essência do Cristianismo*. Tradução do original italiano de 2002 por Ephraim F. Alves. Petrópolis: Vozes, 2003. 212 pp., 21 X 13,5 cm. ISBN 85-326-2853-2.

---

Senti simpatia por este livro, publicado em italiano em 2002: Jesus rosto de Deus, dimensão trinitária, acento na integração subjetiva...

A primeira parte, “Onde estamos? Quem somos?”, descreve os cenários de nosso momento histórico, mas também os do coração das pessoas hoje e ainda o encontro das religiões. A segunda parte intitula-se “A essência do cristianismo”. Forte não cai na armadilha de definir a essência do cristianismo em abordagem comparativa. Sobre tudo, não arranca fora tudo aquilo que também se encontra em outras religiões, para chegar à diferença específica – pois poderia ficar com muito pouca coisa! Procura descrever a lógica interna da narrativa cristã. Visivelmente influenciado por H. Urs von Balthasar, insiste no aspecto quenótico da manifestação de Deus em Jesus de Nazaré: parte do grito da “hora nona”, do “hiato” e do silêncio do Sábado Santo, do tríptico êxodo de Cristo – êxodo do Pai, êxodo de si mesmo, êxodo para o Pai. Esse ponto de partida corresponde à preocupação manifestada na primeira parte: “É esse tríptico êxodo que vem quebrar o círculo fechado da razão ideológica ou do pessimismo niilista e, de modo geral, a prisão de um mundo sem Deus: [...] boa-nova de um Deus Trindade, história eterna do amor que se oferece também às outras religiões como a plena autocomunicação da vida

divina” (p. 47). Apontamos ainda no cap. 4 a meditação sobre Jo 1,14, “a Palavra que sai do silêncio” (cf. a liturgia da noite natalina). Mas, apesar de subcrever os significados articulados no discurso de Forte, sinto falta de uma coisa que me cativa na narrativa joanina: a substancial identidade da cruz e da glória. Forte separa ainda demais as duas. Se Jesus é o rosto do Deus Amor, é na cruz que este rosto se reveste do brilho da manifestação, da *doxa*, como João sugere, quando diz que Jesus ao “ser elevado”, atraindo todos a si, significa a morte de Jesus (na cruz) (Jo 12,31-32).

A apresentação do livro é boa, e a tradução de Frei Ephraim Alves muito agradável de se ler. Pena que escaparam alguns errinhos, por exemplo, na p. 77: “O Concílio de Calcedônia traduziu em categoria *extático-conceituais*” em vez de “*estático-conceituais*” (contraposto a “*histórico-dinâmico*”). E sugiro que não mais se massacre a legibilidade da língua portuguesa por um uso desajeitado da linguagem inclusiva: por exemplo, na p. 84: “a resposta do(a) cristão(ã)”. Pelo amor de Deus! Suponho que as mulheres preferem uma linguagem bonita – desde que não discriminatória – a uma politicamente correta, mas feia...

Johan Konings SJ

É um livro escrito sob o enfoque principal da filosofia da cultura, mas em diálogo interdisciplinar sobre a atual sociedade da informática. Oferece ampla visão do problema da cultura digital com agudo senso crítico. O lado vulnerável dessa sociedade e cultura é a crise de sentido. A preocupação com o sentido atravessa toda a obra e se torna a instância judicatória principal.

Apesar de se nomearem indiscriminadamente os termos de sociedade do conhecimento, da informação e da comunicação, o A. mostra a diferença entre eles. Estamos mais numa sociedade da informação que realmente do conhecimento e da comunicação, já que a avalanche de informações não necessariamente leva ao conhecimento e à comunicação.

O livro mostra excelente nível de domínio do campo estudado. A vantagem advém de que a literatura em espanhol nesse assunto é abundante, seja original como em tradução. Com isso o leitor dessa língua tem acesso a uma bibliografia variada e extensa.

Na perspectiva da filosofia da cultura, outros universos do saber são trabalhados, como economia, política, educação, de tal maneira que o livro oferece críticas e pistas de saída em todos eles, deixando naturalmente para a literatura especializada ir avante.

Uma das teses sugestivas nasce da defesa de uma sociedade democrática com incorporação da moderna tecnologia em oposição ao império da tecnocracia. Distingue muito bem a importância da tecnologia e o efeito nefasto da tecnocracia. Não propugna nenhum recuo às inviáveis sociedades pré-modernas, entretanto

não embarca ingenuamente na 3ª Onda da tecnologia de ponta. Oferece excelentes críticas à ideologia do informatismo que não implica nenhuma rejeição da revolução da informática.

O A., mantendo distância do socialismo real que desabou, não considera sepultados muitos dos ideais socialistas. Requer-se um novo repensamento da socialização da informação e da redistribuição do conhecimento.

Desde o início analisa a revolução informacional nas suas ambigüidades. Mostra a ambivalência das novas tecnologias, da Internet, da cultura digital. Propugna uma “nética”, isto é, uma “ética da net”, da rede. Mostra as duas faces de uma sociedade em rede. De um lado, o aspecto que hoje predomina, a saber, a rede implantada pelo e a favor do poder econômico, especialmente financeiro com o conseqüente enfraquecimento dos Estados nacionais e com a vulnerabilidade das economias emergentes. Outro lado mais terrível ainda é, a rede do crime, do terrorismo, da droga. Elas estão provocando um pânico mundial. O espectro que nos apavora é 11 de setembro de 2001 com o atentado contra as Torres Gêmeas de Nova Iorque e o Pentágono de Washington.

No entanto, a sociedade em rede possui potencialidades de solidariedade apenas exploradas. O autor menciona o Fórum Social Mundial de Porto Alegre. Esse esfuziar tecnológico acontece em tempos de pós-modernidade numa circularidade causal. De uma parte, ele se alimenta da cultura fragmentada pós-moderna e, doutra, nutre-a com suas potencialidades de instrumental. O A. refere-se a uma “sobremodernidade”

com os excessos e carências da pós-modernidade. Acontece uma reconfiguração da realidade.

Uma tríplice preocupação do livro aumenta-lhe o valor. Antes de tudo, a atenção à questão do sentido, como mencionamos acima. A crise de sentido nessa sociedade da informação é por demais grave, por afogar as pessoas num universo de dados informativos sem nenhuma preocupação valorativa. Em segundo lugar, o A. mostra sensibilidade para a crescente distância social e econômica que tal revolução está a provocar entre países e segmentos sociais de maior ou menor acesso à

informática. E relacionado com essas duas questões, a ética entra de corpo inteiro a exigir novas elaborações.

Vale a pena freqüentar esse livro por causa do excelente nível de informação clara, bem estruturada e do material crítico apresentado. Talvez o estilo seja um pouco retórico e abundante. Uma sobriedade de linguagem economizaria o esforço de leitura. Mas isso não tira o mérito do texto.

João Batista Libanio SJ

---

BREEN, Michael; CONWAY, Eamonn; McMILLAN, Barry (eds.): *Technology and Transcendence*. Blackroch (Dublin): Columba, 2003. 235 pp., 21,5 x 13,5 cm. ISBN 1-85607-384-X.

---

O projeto do livro foi levado a cabo pelo Centro de Cultura, Tecnologia e Valores do Colégio Maria Imaculada da Universidade de Limerick na Irlanda. Há uma preocupação no Centro com a dimensão humanista e cultural da tecnologia para além de seu uso para benefícios de poucos. Busca-se integrar os conhecimentos numa visão holística.

Os textos refletem a pesquisa de 15 especialistas de quatro áreas diferentes de conhecimento: filosofia, teologia, sociologia e estudos culturais. É uma reflexão interdisciplinar sobre o papel e o impacto da tecnologia na sociedade, focalizando suas implicações sobre o desabrochar humano. Pretende articular a visão cristã do ser humano com questões concernentes ao progresso tecnológico em base a uma cooperação interdisciplinar, fazendo suas diferenças ecoar.

O *background* dos autores é bem diversificado. A grande maioria são católicos

– jesuítas, sacerdotes, leigos/as –, um ministro ordenado da Igreja Unida de Cristo; quanto às especializações, eles vêm da filosofia, teologia, pastoral, ciências da educação, ciências sociais, ciências da saúde, psicologia, moral, comunicação. Assinalamos a presença do Card. Poupard, que dirige o Pontifício Conselho para a Cultura do Vaticano. Essa gama diferenciada faz a riqueza da pesquisa.

Alguns autores tomam as teses de Heidegger como ponto de partida, ora para ulteriores reflexões, inserindo-as num contexto de intelecção holística da tecnologia (J. Irwin) ou rejeitando-as por considerarem-nas demasiado pessimistas (F. Long). Outros constatarem a evidência do uso positivo da tecnologia (J. Sharrey e G. Mc Darby) de modo especial no Media Lab Europe. S. B. Murray levanta perguntas a respeito da natureza do progresso tecnológico; J. Corkery percebe um choque de lógi-

ca entre o paradigma tecnológico centrado no Eu e o paradigma cristão voltado para o outro. B. Donnelly constata outra tensão, ao estudar a obra de P. Tillich, que considerou a “a ascensão da razão tecnológica como um assalto devastador contra a própria razão”. V. Nieuwenhove argumenta que a tecnologia não devia tornar-se um fim nela mesma, nem ser rejeitada a partir de um viés utópico, mas sim vista como um instrumento a ser usado adequadamente. Mas qual é esse uso? P. Downes se preocupa com a compreensão de saber como poder na linha de M. Foucault. O Card. Poupard acredita na sabedoria humana na criação e uso de novas tecnologias à medida que nela predomine a idéia de pessoa humana. Ela pode trazer esperança para os pobres (M. Dooley), enquanto P. B. Campbell apresenta o caso de fracasso nas suas promessas de prosperidade, aumentando a brecha entre possuidores e não possuidores. B. McMillan, na perspectiva do cinema, examina o filme de ficção científica

Matrix, que ilustra tendências dominantes na cultura contemporânea. Estuda-se o impacto do transporte e da telecomunicação numa comunidade de periferia (M. Corcoran et alii). M. Breen reflete sob o aspecto dos valores, constatando que apesar do encurtamento do mundo pela meios tecnológicos, esquecemos mais os pequenos mundos individuais do que criamos um mundo de comunicação entre iguais, forjamos mais um globo de aldeias do que uma aldeia global. Van den Bossche vê no filme Decálogo I uma inteligente desconstrução da tecnologia moderna como ídolo. E. Conway fecha o tema defrontando com uma antropologia cristã, apontando-lhe a meta da construção de um espaço livre e silêncio em que reflexões de tecnólogos e cientistas podem acontecer.

João Batista Libanio SJ

---

KELLY, Gabrielle: *English for Theology: a resource for teachers and students*. Adelaide (Austrália): ATAF Press, 2004. 239 pp., 30 x 22 cm. ISBN 1-920691-15-4.

---

Livro didático extremamente interessante. Une duas coisas: aprendizado da língua inglesa e teologia. O livro é pensado para os que conhecem inglês no amplo universo dessa língua com preocupação com a Ásia. Oferece muitos subsídios de leitura e compreensão de textos, selecionados de autores teológicos, que vão além do simples manuseio de uma determinada língua.

É um livro que oferece material para professores e alunos a fim de desenvolver habilidades lingüísticas e conhecimentos teológicos simultaneamente.

Supõe um nível superior nos conhecimentos lingüísticos, já que além de elementos gramaticais, oferece grades interpretativas de texto e de leitura.

Usa textos teológicos como material para os exercícios de linguagem em grupo sob orientação do professor numa regularidade prevista de reuniões diárias ou pelo menos 3 vezes por semana. Inicia-se com elementos para desenvolver um processo de leitura. Aborda a linguagem teológica com seus problemas e possibilidades. Explica a estrutura da linguagem teológica da

experiência de fé viva até a linguagem propriamente teológica: seu vocabulário, sua sintaxe.

Em seguida, descreve tipos de publicação de textos teológicos: livros, artigos, jornais de igreja, documentos de autoridades eclesiais, cartas pastorais e encíclicas. Em continuação, aborda os modos de discurso: mítico, simbólico-analógico, metafísico, existencial, empírico. Avança estudando o significado no texto: gêneros e organização de idéias. Os gêneros mais comuns em teologia: ensaio, textos com problema-solução, revisão crítica, relatório.

Para compreender um texto, ajuda prever o que se vai dizer, seja pelo contexto como por indicações no texto mesmo. Há uma leitura que se faz em busca de informação específica (*scanning*) que pode ser bem rápida, como descobrir um nome numa grande lista. Outro tipo de leitura consiste em descobrir a idéia geral do texto (*skimming*). Para compreender, facilita perceber a estrutura do parágrafo: uma idéia principal, a frase principal, as frases de apoio e de conclusão. A estrutura da frase ou cláusula permite compreendê-la. Já é uma micro-análise: oração principal independente, oração coordenada ou subordinada nas sentenças complexas. Estudam-se também os instrumentos de ligação.

Concluindo a primeira parte do livro, vêem-se os níveis de significado e sentido autoritativo em contraposição ao informativo. Estudam-se então os significados de conceitos, de proposições e de contextos, perguntas retóricas, sentido pragmático, sentido literal e inferencial.

A segunda parte consiste numa aplicação dessas habilidades de ler, de falar,

ouvir e escrever. Atribui-se uma importância ao contexto asiático e do Pacífico. Retomam-se pontos da gramática: os tempos do verbo, voz passiva, ativa e contínua, sempre dentro de um conjunto teológico. Assim se passam questões gramaticais como: preposições, orações relativas e substantivas, modos de verbo, proposições adverbiais, frases com gerúndio, orações condicionais, frases participiais, apositivas, etc. E nesses contextos gramaticais, estudam-se temas teológicos como: teologia e espiritualidade, teologia e linguagem, religião e cultura, revelação e o fazer teologia, cristologia, problema do sofrimento, graça, justiça, desenvolvimento e Boa Nova, compreensão da Escritura, teologia ecológica, teologia de gênero e ética, cristianismo e pluralismo religioso. Como se percebe, tomam-se temas de grande atualidade para exemplificar as reflexões sobre a linguagem.

O livro é todo recheado de exercícios didáticos onde se verifica o aprendizado do aluno. No final, há um glossário lingüístico e teológico. Uma série de textos teológicos são apresentados como apêndice sobre vários aspectos tratados. E no final está a chave de resposta dos exercícios apresentados ao longo do livro.

É um texto altamente didático e muito inteligente, ajudando aprimorar o conhecimento da língua inglesa, em nível de compreensão de leitura e de gramática em textos teológicos.

João Batista Libanio SJ

---

PERRELLA, Salvatore M.: *Maria Vergine e Madre. La verginità feconda di Maria tra fede, storia e teologia*. Prefácio Stefano de Fiore; posfácio Clodovis Boff. Cinisello Balsamo (Milano): San Paolo, 2003. 327 pp. 20 x 12,7 cm. ISBN 88-215-4834-1.

---

S. M. Perrella, professor de dogmática e mariologia em várias faculdades romanas (*Marianum, Antonianum, Augustinianum*), apresenta nesta obra, com um prodigioso aparato de notas de rodapé, o resultado de dez anos de ensino e pesquisa sobre o espinhoso tema da virgindade de Maria.

Na introdução (25-30), o A. indica claramente sua intenção e, ao mesmo tempo, seu posicionamento: abordar o “escândalo-novidade da encarnação virginal do Filho de Deus, que *causou e motivou* a virgindade permanente da Mãe; eventos que provocam curiosidade, despertam assombro, perplexidade, irrisão, recusa. Fatos reais, cheios de significado para a fé e para vida de fé, que suscitam no fiel acolhida cordial e sincera...” (26-27).

Numa primeira parte (31-64), o A., depois de recordar as fontes da revelação cristã, expõe a problemática moderna, bosquejando todo um arco de variadas posições que vão do racionalismo ao fundamentalismo: “...o dogma é submetido a hermenêuticas filosóficas, bíblicas, teológicas, sócio-culturais fecundas ou irreverentes”, “correntes que olham com desconfiança os dogmas da Igreja, considerando-os um atentado desagradável à liberdade e à razão...” (42). Entre historicidade e interpretação o A. descreve o caminho que percorrerá, na fidelidade à Tradição.

A segunda parte (65-136) está dedicada à exposição dos dados bíblicos. O A. analisa não só os Evangelhos da Infância segundo Mateus e Lucas, mas também Jo 1,13 (leitura no singular), Lc 1,35 e Gl 4,4. Finalizando a pesquisa, o A. admite que “a concepção virginal (e para alguns exegetas e teólogos tam-

bém o parto virginal), atestado direta ou indiretamente em diversos lugares do Novo Testamento, foi um prodígio, mesmo que os hagiógrafos não concentrem a atenção sobre o aspecto do ‘caráter extraordinário’, do ‘maravilhoso-fantástico’; trata-se certamente de uma ação extraordinária da potência criadora e soberana de Deus, única no gênero, como o ato inicial da criação. Encontramo-nos diante de um fenômeno inédito da natureza” (107-108). Depois o A. discute e rejeita as hipóteses da hierogamia e da partenogênese. Detém-se na questão do milagre. Trata do tema da virgindade de Maria do ponto de vista do judaísmo e do islamismo.

A terceira parte (137-260) é de caráter sistemático-dogmático. O dado essencial é que a maternidade de Maria é uma maternidade messiânica realizada no Espírito e sua virgindade deve ser igualmente vista do ponto de vista da promessa messiânica. Abordando a divisão das Igrejas em torno à virgindade de Maria, o A. se detém no documento do Grupo de Dombes que submete a “críticas fraternas e ponderadas” (159), considerando que a parte católica cedeu demasiado, localizando a questão num grau marginal da “hierarquia das verdades” (cf. UR 11). Segundo o A., o dogma mariológico, por ser premissa do dogma cristológico, não pode ser relegado a um segundo plano. Depois de explicitar o sentido teológico de *theotokos* e de *natus ex Maria Virgine*, o A. entra mais longamente na discussão sobre a virgindade no parto que, para ele, não se pode separar da concepção virginal e deve ser entendida igualmente no sentido real. Aborda também a

questão do casamento de Maria e José, “dom sincero de si’ ao Deus-conosco” (218) e a relação entre Natal e Páscoa. O tema da virgindade depois do parto (os “irmãos e irmãs” de Jesus) é tratado no contexto da discussão com o Grupo de Dombes.

A conclusão (261-272) proclama a bem-aventurança dos que não se escandalizam do Mistério. Maria é o tipo da Igreja, também ela virgem e mãe, e, em sua virgindade, nos ensina o sentido último do serviço.

Dignos de nota são o prefácio (5-21), do eminente mariólogo Stefano De Fiores, e o posfácio (273-293), de nosso conterrâneo Clodovis Boff. No prefácio destaca-se o esboço histórico sobre a evolução da discussão moderna sobre a virgindade de Maria. De Fiores distingue três fases: 1) a concepção virginal como teologúmeno na teologia liberal (1832-1960); 2) a discussão sobre o teologúmeno na teologia católica (1960-1980); 3) os teólogos face ao mistério (1980-2000), dando assim a entender a tendência atual da teologia católica.

No posfácio, Cl. Boff pergunta para que serve o dogma da virgindade de Maria. E responde em cinco pontos resumidos por ele mesmo da seguinte

maneira: O dogma da virgindade de Maria serve “1. Para confessar a verdade da fé em Jesus, como Filho de Deus, verdade da qual a virgindade de Maria é um sinal claro, explicativo e significativo; 2. Para celebrar o Deus tri-uno que ‘faz maravilhas’, entre as quais a prodigiosa virgindade da Mãe do Salvador; 3. Para compreender a natureza ‘virginal’ do amor humano em sua essência mais íntima e em seu sentido último; 4. Para ilustrar de modo muito particular a ‘opção de Deus pelos pobres’, entre os quais ‘como primeira’ está a Virgem (*Lumen gentium* 55); 5. Para ensinar a conservar em toda fidelidade a verdade revelada por Deus em Cristo; isto é, a *virginitas fidei* [= virgindade da fé] a que é chamada toda a Igreja” (277).

Fecham o livro uma bibliografia comentada (295-303), um índice bíblico (305-311) e outro onomástico (313-321).

Uma obra científica, conscienciosa, digna de ser lida por quem quiser ter uma visão completa e atualizada da temática. Impressiona especialmente a farta bibliografia atestada nas notas de rodapé.

Francisco Taborda SJ

---

BOFF, Leonardo: *O Senhor é meu Pastor: consolo divino para o desamparo humano*. Rio de Janeiro: Sextante, 2004. 155 pp., 25 X 14 cm. ISBN 85-7542-107-7.

---

Um teólogo polivalente não escreve unicamente textos para a academia, mas é capaz de dirigir-se às camadas simples, em estilo pastoral, a pessoas desejosas de espiritualidade e oração, em forma meditativa. Este é um livro que responde à busca de contemplação tão presen-

te na sociedade e Igreja. L. Boff escolheu o salmo 23/22 que atraiu e atrai tantos comentaristas de todos os tempos.

A amplitude teológica do A. possibilitou que, a partir de cada versículo, ele se abrisse a vasta temática de reflexão e oração. Inicia o livro com uma intro-

dução concisa, mas bem elaborada, à oração dos salmos, situando-os no corpo da Escritura. É o livro de oração por excelência. Alimentou e alimenta espiritualmente gerações e gerações de pessoas das mais diversas religiões. Sua riqueza vem da diversidade de tipo de sentimentos que traduzem desde o júbilo exaltante até a depressão mais profunda, desde a confiança na vitória até a experiência da derrota, desde momentos de libertação até as horas escuras do cativeiro, desde o silêncio do *sheol* até a confiança absoluta na vida. Em todas essas situações, o salmista volta-se para Deus. É uma oração extremamente teologal.

A escolha do salmo 23 é justificada pela sua beleza e riqueza. Ele trabalha duas metáforas que pertencem aos arquétipos humanos: o pastor e o hospedeiro. O livro comenta versículo por versículo, numa primeira parte, explanando a imagem do pastor com todos os elementos que a acompanham. Inicia-se, evidentemente, explicando o sentido de pastor, primeiramente atribuído a Deus e, em seguida, a outros pastores huma-

nos. Depois desenvolve, a partir dos versículos, temas como o desejo infinito do ser humano na positividade e nas ilusões, a paz com toda a riqueza desse conceito no mundo bíblico, o repouso na natureza protegida e ameaçada, o cuidado em diversas manifestações, o arquétipo do caminho, o vale tenebroso, o medo, a segurança do bastão.

A imagem do hospedeiro permitiu outras analogias. Entram em questão a mesa, a refeição, a casa-templo que protege da perseguição, o simbolismo do perfume e do vinho, a escolha da bondade e da fidelidade, enfim, o habitar na casa do Senhor.

É um texto bonito, bem escrito, poético, meditativo, que ajuda rezar. Como o salmo mesmo diz, é repousante. Na agitação da vida moderna, encontrar textos, como este, e momento para lê-lo e meditá-lo, serve de gostoso descanso do espírito. Desejo a todo leitor essa graça.

João Batista Libanio SJ

---

HORSLEY, Richard A.: *Jesus e o Império: o Reino de Deus e a nova desordem mundial*. Tradução do original inglês de 2003 por Euclides Luiz Calloni. São Paulo: Paulus, 2004. 156 pp., 23 X 16cm. Col. Bíblia e sociologia. ISBN 85-349-2188-1.

---

Muito mais claro e melhor traduzido que seu gêmeo heterozigótico na mesma coleção, *O evangelho social de Jesus*, de B. J. Malina (recenseado nesta revista), o presente livro de R. A. Horsley expõe, numa abordagem sócio-histórica, o caráter político do evangelho de Jesus no quadro do Império romano – e à luz do Império Americano e a nova (des)ordem mundial proclamada por seu presidente. “Querer compreender as palavras e as ações de Jesus sem saber como o imperialismo romano de-

terminava seria como tentar compreender Martin Luther King sem saber como a escravatura, a reconstrução e a segregação determinaram as vidas dos afro-americanos nos Estados Unidos – ou [...] como tentar compreender a revolução iraniana [dos aiatolás] sem saber como o governo americano, impondo o xá como ditador, transformou as condições de vida no Irã por meio de um rápido ‘desenvolvimento’ e ‘modernização’ (isto é, ocidentalização)” (19). A atuação de Jesus inscreve-se na resis-

tência contra a ordem imperial (a “nova ordem mundial” dos romanos).

O A. descreve a emergência do Império como “única superpotência”, especialmente em relação a Israel/Judá. O Império respaldava-se nas legiões asentadas nas fronteiras, bem como no culto ao imperador e no gigantesco sistema de patronagem que determinava as relações político-sociais. E ainda, na violência e humilhação (p.ex., a crucificação com “efeito demonstrativo”). No âmbito judeu, o Império exercia seu poder mediante os reis locais e os sumos sacerdotes. As raízes antigas, porém, persistiram e resistiram, desde a oposição a Herodes, o Grande, por volta de 40 a.C., até Bar Kokeba, em 132-135 d.C. Peso especial é atribuído aos zelotas Judas de Gamala e Sadoc, o fariseu (que em 6 d.C. pregaram a recusa do imposto a César) e aos contraterroristas (contra o terror romano), os *sicarii* dos anos 50 d.C. Movimentos populares messiânicos, embora sem êxito, revelam o espírito de resistência: são a ponta do *iceberg* da resistência submersa.

Muitos historiadores trabalham com o método do museu: expõem fragmentos separados por trás de vitrines, fora do conjunto e do contexto (61s). É preciso uma abordagem múltipla: as condições históricas e culturais de Jesus e em torno dele; ver *Jesus-em-movimento* segundo as fontes evangélicas (lidos como *performances* comunicativas, implicando o leitor/ouvinte; e como textos “inteiros” – inclusive a *Quelle*, Q). Considerando o Evangelho em seu todo (especialmente Mc e Q), reparamos que Jesus decretou a sentença de Deus contra os governantes romanos e seus representantes (judeus) em Jerusalém (85). A renovação de Israel implica o julgamento dos governantes opressores (87s). Para Jesus e seu círculo, estes incluíam os herodianos e os sumos

sacerdotes: o julgamento anunciado em Q/Lc 13,34-35 refere-se às próprias autoridades judaicas. A purificação do templo e a parábola dos vinhateiros situam-se nessa mesma linha. A condenação profética dirige-se também contra o Império (tributo a César, o demônio “legião” etc.). Jesus assumiu o papel tradicional do representante profético de Deus ao sentenciar os governantes intoleráveis (109). O A. atribui a Jesus um programa de renovação social, envolvendo os seguidores (111ss): a renovação da comunidade da aliança (119ss). O grande sermão (Q/Lc 6,20-49) aponta neste sentido. Jesus propõe uma alternativa para a (des)ordem romana (131s): a comunidade da aliança renovada.

O Império contra-atacou: Jesus foi executado como rebelde, porque politicamente perigoso. Mas o Império não teve a última palavra. Paulo e outros missionários foram formando nas metrópoles imperiais um movimento antiimperialista internacional (137). Mas “as formas do cristianismo que se tornaram ortodoxas [...] resultaram de compromissos e acomodações à ordem imperial” (138). Depois do conflito judaico-romano, os cristãos esconderam as implicações subversivas inerentes à sua história, culpando os judeus (Mt, Lc). Mais tarde, tanto a Igreja católica quanto Lutero e a Igreja anglicana tiveram de contornar o efeito subversivo do texto evangélico em vernáculo. E o Império Americano? O leitor pode adivinhar em que direção o A. orienta suas conclusões finais. “Em contraste com o Jesus despolitizado da cultura imperial dos Estados Unidos, Jesus tem relevância e impacto políticos imediatos entre muitos povos sujeitos ao império americano” (152).

Às vezes, o A. parece falar de coisas que não se podem verificar. P.ex., p. 45: “[...] camponeses judeus e galileus

praticavam e desenvolviam a sua versão popular da tradição israelita que, muito mais do que a versão aceita em Jerusalém, destacava histórias de libertação de dominações opressoras, de líderes populares como Elias e de ideais de justiça da aliança". Não terão cultivada a memória de Elias principalmente por causa de seus milagres? E a "ampla e profunda resistência popular que permanece intencionalmente oculta" (59, alegando James C. Scott) é, por definição, difícil de mostrar...

Quanto à tradução – geralmente boa –, aconselho uma revisão das últimas doze linhas da p. 60. Na nota 25, p. 76, "tradição menor" em vez de "tradição pequena". E as abreviaturas das fontes antigas (153) poderiam ter sido adaptadas à língua portuguesa.

Johan Konings SJ

---

MALINA, Bruce J.: *O evangelho social de Jesus: o reino de Deus em perspectiva mediterrânea*. Tradução do original inglês de 2001 por Luiz Alexandre Solano Rossi. São Paulo: Paulus, 2004. 175 pp. 23 X 16cm. Col. Bíblia e sociologia. ISBN 85-349-2173-3.

---

Bruce Malina, estudioso da cultura e da sociedade mediterrâneas na época do Novo Testamento, levanta a pergunta: se Jesus anuncia o *reino de Deus* – um dos raros itens sobre os quais os historiadores do Novo Testamento concordam –, que significa esse termo para os ouvintes de Jesus e de seus discípulos? A resposta desponta a partir do cap. 3: "O reino de Deus proclamado por Jesus era uma instituição política na qual a religião e a economia estavam inseridas" (77). Pois Malina não entende "religião" como fé, mas como sistema social, e neste sentido pode dizer que o Reino de Deus proclamado por Jesus não era "religioso", mas político. Afirmação chocante no contexto dos EUA, no qual o livro viu a luz! Por isso, o A. procura convencer os leitores de que as palavras bíblicas no seu contexto cultural original não têm necessariamente o mesmo sentido que na cabeça deles. Recorre aos conceitos de *low context/high context*, respectivamente culturas em que a linguagem subentende poucas conotações implícitas,

como a norte-americana (e, segundo o A., a norte-européia), e a cultura mediterrânea e oriental, na qual o contrário é o caso. Por isso a comunicação americana é tão horrorosamente explícita... (pense na flagelação em *The Passion* de Mel Gibson). A prolongada introdução de M. ilustra isso...

O estudo de M. é estritamente sócio-analítico. Não usa os argumentos narrativo-literários, como o livro de Horsley recenseado nesta mesma revista (*Jesus e o império*). O acesso à sociedade mediterrânea do século I passa pelo parentesco e pelo clientelismo/patronagem – com o qual M. relaciona até o título de "pai" que Jesus usa para Deus, o *patrono* (145; esqueçam o "paizinho" inventado por Joaquim Jeremias!). Os "marginalizados" do tempo de Jesus são os proprietários rurais falidos que se tornam bandidos sociais (como João de Giscala nos anos 60 d.C.). O povo sente-se abandonado pela elite, seus padrinhos. É uma sociedade de *violência instituída*: violência

revolucionária, para modificar o *statu quo*, ou “vigilantismo”, para mantê-lo. Esquizofrenia cultural da helenização, esquizofrenia institucional por conta do Império romano que sobrepõe suas estruturas aos mecanismos sociais existentes. “Quão inimigo era um judeu para os romanos?” (53) – e vice-versa. Ou: “Quem é meu vizinho?” (Lc 10,29.36)... Presença romana visível e invisível (o demônio “legião”). Dois sistemas se sobrepõem: o étnico judaico e o administrativo romano. Por baixo da aparência de organização romana e cultura helenista sobrevivem os antigos padrões da violência instituída (56).

Sobre este pano de fundo perfila-se a pregação do reino de Deus por Jesus, fundador de uma facção “política” (= incidente no poder). A religião aí não é politicamente separada como nos Estados-nações modernos (96ss). Jesus proclama o reino de Deus como *teocracia* num cenário de religião e economia inseridas no político, no jogo de poder. “No mundo do mediterrâneo do primeiro século, as únicas instituições sociais autônomas eram a política e o parentesco” (114). A essa realidade é que devemos ligar as questões religiosas e econômicas. Os ricos o são indevidamente (não são ex-engraxates como os magnatas dos EUA). Na “teocracia” anunciada por Jesus os honrados são os pobres, e os ricos devem converter-se restituindo o que possuem indevidamente. Seguir Jesus (= co-anunciar) significa abandonar tudo: autonegação. Para compreender esta, o A. explica a distinção das identidades individualista e coletivista cruzada com o enfoque idiocêntrico/alocêntrico e com o papel da família (123ss): os seguidores mudam de parentesco e ganham, na ótica coletiva e em função do fundador da “facção”, cem vezes mais. Mas isso não se pode transpor sem mais para nossa realidade (141s). Diante da traição dos patronos

terrestres, Jesus proclamou o Reino de Deus: Deus como patrono, sendo ele mesmo o seu cliente.

No último capítulo, o A. analisa qual o resultado do evangelho social de Jesus. Deve-se distinguir entre o evangelho do “grupo de Jesus”, que queria mudança da estrutura política, e os grupos subseqüentes: o “grupo de Jesus Messias”, que esperava a volta de Jesus como Messias político (At 1,6), e os grupos de pseudoparentesco: os “grupos messiânicos de Jesus” na Palestina e os “grupos do Jesus ressuscitado” na diáspora, nos quais a religião política de Jesus vira religião doméstica (160). O autor, porém, reconhece a legitimidade desta evolução: “Deus tinha em mente mais, não apenas Israel” (164).

Ao ler esse tipo de estudos pode-se perguntar se são necessários tantos termos estranhos para coisas que se intuem com um pouco de bom senso e cultura geral? Mas ao comparar este livro com o simultaneamente traduzido livro de R. A. Horsley, *Jesus e o Império*, percebe-se que a abordagem sócio-analítica, considerando a operatividade das estruturas, permite focalizar certos fatores que a mera “narratividade” histórica desconhece.

Infelizmente, a tradução não colabora; seria preciso ter o original inglês para compreendê-la. Lembra filme dublado. E não é o primeiro livro desta coleção que me causa tal impressão (cf., p.ex., *As origens da moralidade cristã*, de W. Meeks). Só umas pequenas observações. Se o verbo inglês abusa do modo condicional, em muitos casos deve ser traduzido em português pelo indicativo. Não se diz “sob essas circunstâncias” (60; 61; ingl.: “under ... circumstances?”), mas “nestas circunstâncias”. P. 94: “Territorialidade para humanos é ...” (à diferença de territorialidade para não humanos? ou quer dizer: “territoria-

lidade, para os humanos, é ..."?). P. 96: "[Com o Iluminismo e] a *sombra* da Cristandade...": será o *crepúsculo* da Cristandade? P. 99: "*concílio*" (= sínédrio) em vez de *conselho*. P. 101: "*num curto período*" em vez de *a curto prazo*. Na p. 103, a obra *De specialibus legibus* de "Filo" (em vez de Fílon ou Filão) é referida como "*Spec. Laws*" (sem constar da lista de abreviaturas). P. 134: "Uma razão *para a qual*..." em vez de *pela qual*. Uso indevido de maiúsculas (Judaísmo, p. 59; Sabedoria Israelita, p. 120). Títulos horrorosos: "tipos cultu-

rais-base" (p. 122; em vez de *básicos*). Não é possível atentar aqui a todas as ambigüidades e erros da tradução.

Faço votos de que, algum dia, algum biblista-sociólogo brasileiro reescreva as intuições válidas de Malina numa exposição adequada para nosso público. Em bom português!

*Johan Konings SJ*